

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

Rectificação

Búfalo — Restaurantes, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, na publicação do pacto social feita em 16 de Agosto de 1995, no *Boletim Oficial* n.º 33, II Série, referente à sociedade «Búfalo — Restaurantes, Limitada», onde, por lapso, se lê:

«foi constituída, entre Vong Chi Keong, Vong Chi On, Chao Chi Wai, Wong Yip Tak e Fernando Maria de Carvalho, uma sociedade com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas seguintes:»

deverá ler-se:

«foi constituída, entre Vong Chi Keong, Vong Chi On, Chao Chi Wai, Wong Yip Tak e Fernando Maria de Carvalho, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas seguintes:».

Está conforme.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *João Miguel Barros*.

(Custo destas publicações \$ 385,20)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Fábrica de Artigos de Vestuário Lek Hac, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 18 de Outubro de 1995, exarada a fls. 145 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 4, deste Cartório, foi alterado, parcialmente, o pacto social da sociedade em epígrafe, cujo artigo alterado passa a ter a redacção constante deste certificado:

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de duzentas mil patacas, ou sejam um milhão de escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma de duas quotas, assim discriminadas:

- a) Uma quota de cento e noventa mil patacas, pertencente a Cheong King Chun;
- b) Uma quota de dez mil patacas, pertencente a Ho Vai Mei.

Cartório Privado, em Macau, aos dezanove de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *Jorge Novais Gonçalves*.

(Custo desta publicação \$ 411,50)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Agência de Turismo Macau e Comércio Geral, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura lavrada em 26 de Outubro de 1995, a fls. 83 e seguintes do livro de notas n.º 15, deste Cartório, foram realizados os seguintes actos relativos à sociedade em epígrafe:

- a) Divisão da quota de Kunio Muraishi e sua mulher Maria Francisca Banares Muraishi, de MOP 400 000,00, em duas, e cessão duma delas de MOP 50 000,00 a Ma, Chor Yin; e
- b) Alteração do artigo quarto do pacto social da sociedade, conforme em anexo:

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de quinhentas mil patacas, ou sejam dois milhões e quinhentos mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das seguintes quotas:

Uma de trezentas e cinquenta mil patacas, subscrita por Kunio Muraishi;

Uma de cem mil patacas, subscrita por Kenji Nishiyama; e

Uma de cinquenta mil patacas, subscrita por Ma, Chor Yin.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, Artur dos Santos Robarts.

(Custo desta publicação \$ 490,30)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Agência de Viagens Turísticas Chin Cheng, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 27 de Outubro de 1995, exarada a fls. 19 e seguintes do livio de notas para escrituras diversas n.º 3, deste Cartório, foram modificados os artigos segundo e quarto do pacto social da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Agência de Viagens Turísticas Chin Cheng, Limitada», em chinês «Chin Cheng Lôi Hang Sé Iao Han Cong Si» e eminglês «Chin Cheng Travel Tour Agency Limited», os quais passam a ter a seguinte redacção:

Artigo segundo

O seu objecto é, exclusivamente, a exploração comercial das actividades próprias de agência de viagens e turismo e a prestação dos serviços complementares permitidos por lei.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de um milhão de patacas, equivalentes a cinco milhões de escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das seguintes quotas:

- a) Uma quota de quinhentas mil patacas, pertencente a Lu Kening; e
- b) Uma quota de quinhentas mil patacas, pertencente a Zhong, Jianyuan.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *António Passeira*.

(Custo desta publicação \$ 507,80)

CARTÓRIO PRIVADO

MACAU

CERTIFICADO

Empresa de Investimento Industrial e Financeiro Sun Kian Ip, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 24 de Outubro de 1995, exarada a fls. 133 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 36, deste Cartório, foi constituída, entre Ng Lap Seng, Pun Nun Ho e a «Empresa de Investimento Industrial e Financeiro San Lap Hak (Macau), Limitada», uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «Empresa de Investimento Industrial e Financeiro Sun Kian Ip, Limitada», em chinês «Sun Kian Ip Tchap Tuen Iao Han Cong Si» e eminglês «Sun Kian Ip Holding Company Limited».

Parágrafo único

A sociedade tem a sua sede social em Macau, na Rua de Xangai, n.º 175, 10.º andar, «G», a qual poderá ser transferida para outro local por deliberação dos sócios.

Artigo segundo

O seu objecto é a realização de investimentos em projectos industriais e a actividade de consultadoria financeira.

Artigo terceiro

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu início a partir da data desta escritura.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de novecentas mil patacas, ou sejam quatro milhões e quinhentos mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma de três quotas iguais, de trezentas mil patacas cada, pertencentes, respectivamente, a Ng Lap Seng, Pun Nun Ho e à sociedade «Empresa de Investimento Industrial e Financeiro San Lap Hak (Macau), Limitada».

Artigo quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência. É livre a divisão de quotas pelos herdeiros dos sócios.

Artigo sexto

A gestão e administração dos negócios da sociedade pertencem à gerência, sendo, desde já, nomeados gerentes os sócios Ng Lap Seng e Pun Nun Ho, e os não-sócios Li Sum e Yin Jun, ambos casados, de nacionalidade chinesa, residentes na Avenida do Infante D. Henrique, edifício Kuan Fat, 16.° andar, «B», os quais exercerão os cargos com dispensa de caução e por tempo indeterminado.

Parágrafo primeiro

Os membros da gerência serão classificados em dois grupos designados, respectivamente, por A e B, fazendo-se a sua inclusão naqueles pelo seguinte modo:

Grupo A: Ng Lap Seng e Pun Nun Ho; e

Grupo B: Li Sum e Yin Jun.

Parágrafo segundo

Para que a sociedade se considere obrigada e validamente representada, em juízo ou fora dele, é necessário que os respectivos actos, contratos ou quaisquer outros documentos se mostrem assinados por dois membros da gerência, pertencendo um a cada grupo.

Parágrafo terceiro

A sociedade pode constituir mandatários, nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial, sendo ainda conferida aos membros da gerência a faculdade de delegar, total ou parcialmente, os seus poderes.

Parágrafo quarto

Sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte, é proibido à gerência obrigar a sociedade emactos e contratos estranhos ao objecto da sociedade.

Parágrafo quinto

Nos actos de gestão e administração, referidos no corpo deste artigo, estão incluídos os seguintes:

a) Alienar, por venda, troca ou outro título oneroso, bens móveis ou imóveis, valores e direitos, incluindo obrigações e quaisquer participações sociais e, bemassim, constituir hipotecas ou quaisquer garantias ou ónus sobre os mesmos bens;

- b) Adquirir, por qualquer modo, bens móveis ou imóveis, valores e direitos, incluindo obrigações e quaisquer participações sociais em sociedades preexistentes ou a constituir;
- c) Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou parte dos mesmos;
- d) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiro, emitir, subscrever, aceitar, sacar e endossar letras, livranças, cheques e quaisquer outros títulos de crédito;
- e) Conceder ou contrair empréstimos, conceder ou obter quaisquer outras modalidades de financiamento e realizar todas e quaisquer outras operações de crédito, com ou sem a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer tipo ou natureza; e
 - f) Constituir mandatários da sociedade.

Artigo sétimo

As assembleias gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de carta registada, enviada com a antecedência mínima de oito dias, indicando sempre o assunto a tratar.

Parágrafo único

Sem prejuízo da faculdade de poder sempre designar outras pessoas para o efeito, a sócia «Empresa de Investimento Industrial e Financeiro San Lap Hak (Macau), Limitada», será representada, para todos os efeitos, nomeadamente nas assembleias gerais de sócios, por Li Sum, já anteriormente identificado no corpo do artigo sexto.

Artigo oitavo

A falta de antecedência, prevista no artigo anterior, poderá ser suprida pela aposição da assinatura dos sócios no aviso de convocação.

Parágrafo único

Os sócios poderão fazer-se representar por outro sócio nas assembleias gerais, mediante mandato conferido por simples carta.

Artigo nono

A sociedade poderá amortizar, pelo valor do último balanço, qualquer quota que seja dada em penhor ou objecto de penhora ou outra forma de apreensão judicial.

Norma transitória

Os membros da gerência ficam, desde já, autorizados a celebrar quaisquer negócios em nome da sociedade.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — A Notária, *Manuela António*.

(Custo desta publicação \$ 2 083,70)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Companhia de Importação e Exportação Great Prosperity, Limitada

Certifico, para eseitos de publicação, que, por escritura de 24 de Outubro de 1995, lavrada a sls. 51 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 2-A, deste Cartório, foi constituída, entre «Power Will International Development Limited» e Ho, Chi Tim, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação «Companhia de Importação e Exportaão Great Prosperity, Limitada», em chinês «Mao Fong Mao Iek Iao Han Cong Si» e em inglês «Great Prosperity Trading Limited», e tem a sua sede em Macau, na Rua do Campo, n.º 6, edifício Kin Fai, 7.º andar, «C», a qual poderá ser transferida para outro local por deliberação dos sócios.

Artigo segundo

O objecto da sociedade é o exercício da actividade de importação e exportação de mercadorias.

Artigo terceiro

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu início a partir da data desta escritura.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de dez mil patacas, equivalentes a cinquenta mil escudos, nos termos da lei, e corresponde à soma de duas quotas, assim discriminadas:

- a) Uma quota de nove mil patacas, pertencente à sociedade «Power Will International Development Limited»; e
- b) Uma quota de mil patacas, pertencente a Ho, Chi Tim.

Artigo quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá o direito de preferência.

Artigo sexto

Um. A administração e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem à gerência, a qual é composta por um gerente.

Dois. O gerente é dispensado de caução e será ou não remunerado conforme for deliberado em assembleia geral que, no primeiro caso, lhe fixará a remuneração.

Três. O gerente, para além das atribuições próprias da gerência comercial, tem ainda poderes para:

- a) Adquirir ou alienar, por compra, venda, troca ou qualquer outro título, quaisquer valores, mobiliários ou imobiliários e, bem assim, para hipotecar ou, por outra forma, onerar quaisquer bens sociais; e
- b) Contrair empréstimos ou outras formas de facilidades bancárias, com ou sem garantia real.

Quatro. Os membros da gerência podem delegar a competência para determinados negócios ou espécies de negócios e a sociedade pode constituir mandatários, nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

Artigo sétimo

Para que a sociedade se considere obrigada e validamente representada, em juízo ou fora dele, basta que os respectivos actos, contratos ou quaisquer outros documentos se mostrem assinados pelo gerente ou por seu procurador.

Artigo oitavo

É, desde já, nomeado gerente o sócio Ho, Chi Tim.

Artigo nono

Um. As reuniões da assembleia geral, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de carta registada, com aviso de recepção, enviada com a antecedência mínima de oito dias.

Dois. A falta de antecedência, prevista no número anterior, poderá ser suprida pela aposição da assinatura dos sócios no aviso de convocação.

Três. As reuniões da assembleia geral poderão realizar-se em qualquer lugar, desde que estejam presentes todos os sócios.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *António J. Dias Azedo*.

(Custo desta publicação \$ 1 348,30)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Sociedade de Gestão de Investimentos Continental, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 23 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 48 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 2-A, deste Cartório, foi constituída, entre Wong, Kai Wing e Poon, Sai Kwun Peter, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação «Sociedade de Gestão de Investimentos Continental, Limitada», em chinês «Keng Hong Chi Son Cu Man Iao Han Cong Si» e em inglês «Continental Consultancy Company Limited», e tem a sua sede em Macau, na Rua de Xangai, n.º 175, edifício Associação Comercial de Macau, 12.º andar, «J», a qual poderá ser transferida para outro local por deliberação dos sócios.

Artigo segundo

O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de apoio técnico e consultoria no domínio económico.

Artigo terceiro

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu início a partir da data desta escritura.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de duzentas mil patacas, equivalentes a um milhão de escudos, nos termos da lei, e corresponde à soma de duas quotas iguais, no valor de cem mil patacas cada uma, subscritas, respectivamente, pelos sócios Wong, Kai Wing e Poon. Sai Kwun Peter.

Artigo quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá o direito de preferência.

Artigo sexto

Um. A administração e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem à gerência, cujos membros podem ser pessoas estranhas à sociedade e é composta por dois gerentes.

Dois. Os membros da gerência são dispensados de caução e serão ou não remunerados conforme for deliberado em assembleia geral que, no primeiro caso, lhes fixará a remuneração.

Três. Os membros da gerência, para além das atribuições próprias da gerência comercial, têm ainda poderes para:

- a) Adquirir ou alienar, por compra, venda, troca ou qualquer outro título, quaisquer valores, mobiliários ou imobiliários e, bem assim, para hipotecar ou, por outra forma, onerar quaisquer bens sociais; e
- b) Contrair empréstimos ou outras formas de facilidades bancárias, com ou sem garantia real.

Quatro. Os membros da gerência podem delegar a competência para determinados negócios ou espécies de negócios e a sociedade pode constituir mandatários, nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

Artigo sétimo

Um. Para que a sociedade se considere obrigada e validamente representada, em juízo ou fora dele, basta que os respectivos actos, contratos ou quaisquer outros documentos se mostrem assinados por qualquer um dos gerentes, ou de seus procuradores.

Dois. São, desde já, nomeados gerentes os sócios Wong, Kai Wing e Poon, Sai Kwun Peter.

Artigo oitavo

Um. As reuniões da assembleia geral, quando a lei não prescrever outras forma-

lidades, serão convocadas por meio de carta registada, com aviso de recepção, enviada com a antecedência mínima de oito dias.

Dois. A falta de antecedência, prevista no número anterior, poderá ser suprida pela aposição da assinatura dos sócios no aviso de convocação.

Três. As reuniões da assembleia geral poderão realizar-se em qualquer lugar, desde que estejampresentes todos os sócios.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *António J. Dias Azedo*.

(Custo desta publicação \$ 1 313,30)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Empresa de Investimento Industrial e Financeiro San Lap Hak (Macau), Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 24 de Outubro de 1995, exarada a fls. 129 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 36, deste Cartório, foi constituída, entre Li Sum e Yin Jun, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «Empresa de Investimento Industrial e Financeiro San Lap Hak (Macau), Limitada», em chinês «San Lap Hak Tau Chi (Ou Mun) Iao Han Cong Si» e em inglês «San Lap Hak (Macao) Financial Investment Company Limited».

Parágrafo único

A sociedade tem a sua sede social em Macau, na Rua de Xangai, n.º 175, 10.º andar, «G», a qual poderá ser transferida para outro local por deliberação dos sócios.

Artigo segundo

O seu objecto é a realização de investimento em projectos industriais e a actividade de consultadoria no domínio financeiro.

Artigo terceiro

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu início a partir da data desta escritura.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cem mil patacas, ou sejam quinhentos mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma de duas quotas iguais, de cinquenta mil patacas cada, pertencentes, respectivamente, a Li Sum e Yin Jun.

Artigo quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência. É livre a divisão de quotas pelos herdeiros dos sócios.

Artigo sexto

A gestão e administração dos negócios da sociedade pertencem à gerência, sendo, desde já, nomeados gerentes os sócios, Li Sume Yin Jun, que exercerão os cargos com dispensa de caução e por tempo indeterminado.

Parágrafo primeiro

Para que a sociedade se considere obrigada e validamente representada, em juízo ou fora dele, é necessário que os respectivos actos, contratos ou quaisquer outros documentos se mostrem assinados por um membro da gerência.

Parágrafo segundo

A sociedade pode constituir mandatários, nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial, sendo ainda conferida aos membros da gerência a faculdade de delegar, total ou parcialmente, os seus poderes.

Parágrafo terceiro

Sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte, é proibido à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao objecto da sociedade.

Parágrafo quarto

Nos actos de gestão e administração, referidos no corpo deste artigo, estão incluídos os seguintes:

- a) Alienar, por venda, troca ou outro título oneroso, bens móveis ou imóveis, valores e direitos, incluindo obrigações e quaisquer participações sociais e, bem assim, constituir hipotecas ou quaisquer garantias ou ónus sobre os mesmos bens;
- b) Adquirir, por qualquer modo, bens móveis ou imóveis, valores e direitos, incluindo obrigações e quaisquer participações sociais em sociedades preexistentes ou a constituir:
- c) Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou parte dos mesmos;
- d) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiro, emitir, subscrever, aceitar, sacar e endossar letras, livranças, cheques e quaisquer outros títulos de crédito;
- e) Conceder ou contrair empréstimos, conceder ou obter quaisquer outras modalidades de financiamento e realizar todas e quaisquer outras operações de crédito, com ou sem a prestação de garantias, reais ou pessoais, de qualquer tipo ou natureza; e
 - f) Constituir mandatários da sociedade.

Artigo sétimo

As assembleias gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de carta registada, enviada com a antecedência mínima de oito dias, indicando sempre o assunto a tratar.

Artigo oitavo

A falta de antecedência, prevista no artigo anterior, poderá ser suprida pela aposição da assinatura dos sócios no aviso de convocação.

Parágrafo único

Os sócios poderão fazer-se representar por outro sócio nas assembleias gerais, mediante mandato conferido por simples carta.

Artigo nono

A sociedade poderá amortizar, pelo valor do último balanço, qualquer quota que seja dada em penhor ou objecto de penhora, ou outra forma de apreensão judicial.

Norma transitória

Os membros da gerência ficam, desde já, autorizados a celebrar quaisquer negócios em nome da sociedade.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — A Notária, *Manuela António*.

(Custo desta publicação \$ 1 908,60)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Companhia de Fomento Predial e Impertação e Exportação Man Chi (Macau), Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 28 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 61 e seguintes do livro n.º24, deste Cartório, foi constituída, entre Huang Yuan Pei e Xie Kang Ni, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «Companhia de Fomento Predial e Importação e Exportação Man Chi (Macau), Limitada», em chinês «Man Chi (Ou Mun) Chi Ip Fat Chin Iao Han Cong Si» e em inglês «Man Chi Real Estate and Investment (Macau) Company Limited», e terá a sua sede em Macau, na Rua de Inácio Baptista, n.º 10, rés-do-chão, freguesia de São Lourenço.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá mudar a sede social para qualquer outro lugar, bem como abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações ou agências.

Artigo segundo

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu começo a partir da data desta escritura.

Artigo terceiro

O seu objecto social é o fomento predial e a importação e exportação.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, ou prestação de serviços, permitidos por lei.

Artigo quarto

O capital social, realizado em dinheiro e subscrito, é de dez mil patacas, ou sejam cinquenta mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das quotas, assim discriminadas:

- a) Uma quota, no valor nominal de nove mil patacas, pertencente ao sócio Huang Yuan Pei; e
- b) Uma quota, no valor nominal de mil patacas, pertencente à sócia Xie Kang Ni.

Artigo quinto

A cessão de quotas entre os sócios é livremente permitida. A cedência a favor de estranhos depende do consentimento, por escrito, da sociedade, preferindo esta em primeiro lugar e qualquer dos sócios não cedentes em segundo. Desejando vários sócios usar do direito de preferência, abrir-se-á licitação entre eles.

O sócio que pretender ceder a sua quota deverá comunicar à sociedade e aos demais sócios, com a antecedência mínima de sessenta dias e por carta registada, o nome do cessionário e o preço da projectada cessão.

Artigo sexto

A gerência social, dispensada de caução, fica confiada aos sócios ou não-sócios, que sejam nomeados pela assembleia geral, ficando, desde já, nomeados gerentes ambos os sócios.

Parágrafo primeiro

Para a sociedade ficar validamente obrigada, em juízo e fora dele, activa e passiva-

mente, basta a assinatura de qualquer membro da gerência ou de seus procuradores.

Parágrafo segundo

A gerência será ou não remunerada, consoante for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo terceiro

Os membros da gerência podem delegar os seus poderes em quem entenderem e a assembleia geral poderá nomear outros gerentes e ainda mandatários, especificando os respectivos poderes.

Parágrafo quarto

Os membros da gerência podem, em nome da sociedade e sem necessidade de deliberação social, comprar, vender, hipotecar, contrair empréstimos e onerar bens imóveis e móveis, adquirir, por trespasse, outros estabelecimentos e participar no capital de outras sociedades, mas é expressamente proibido à gerência obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam respeito directamente aos negócios sociais, tais como: abonações, letras de favor, fianças ou outros semelhantes.

Artigo sétimo

As assembleias gerais, nos casos em que a lei não determinar outros prazos e formalidades especiais, serão convocadas por cartas registadas, com o mínimo de oito dias de antecedência.

Cartório Privado, em Macau, aos trinta de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, Carlos Duque Simões.

(Custo desta publicação \$ 1 575,90)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Agência Comercial Tai Cheng, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 24 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 77 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 93, deste Cartório, se procedeu à alteração dos artigos primeiro, quarto e sexto do pacto social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, os quais passam a ter a redacção em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «Agência Comercial Tai Cheng, Limitada», em chinês «Tai Cheng Mao Iek Iao Han Cong Si» e em inglês «Tai Cheng Trading Company Limited», e terá a sua sede em Macau, na Rua de Pequim, n.º 202A a 246, edifício Macau Finance Centre, 13.º andar, A, B, C e D, freguesia da Sé.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá mudar a sede social para qualquer outro lugar, bem como abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações ou agências.

Artigo quarto

O capital social, realizado em dinheiro e subscrito, é de duzentas e cinquenta mil patacas, ou sejam um milhão, duzentos e cinquenta mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das quotas, assim discriminadas:

- a) Uma quota, no valor nominal de cento e vinte e cinco mil patacas, pertencente ao sócio Liu Xian; e
- b) Uma quota, no valor nominal de cento e vinte e cinco mil patacas, pertencente ao sócio Liang Wei Bing.

Artigo sexto

A gerência social, dispensada de caução, fica confiada às pessoas, sócias ou não, que sejam nomeadas em assembleia geral, ficando, desde já, nomeados gerentes ambos os sócios.

Parágrafo primeiro

Para a sociedade ficar validamente obrigada, em juízo e fora dele, activa ou passivamente, são necessárias as assinaturas conjuntas de dois gerentes ou de seus procuradores, mas para os actos de mero expediente e operações de importação e exportação das mercadorias, basta a assinatura de qualquer membro da gerência.

Parágrafo segundo

A gerência será ou não remunerada, consoante for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo terceiro

Os membros da gerência podem delegar os seus poderes em quem entenderem e a assembleia geral poderá nomear outros gerentes e ainda mandatários, especificando os respectivos poderes.

Parágrafo quarto

Os membros da gerência podem, em nome da sociedade e sem necessidade de deliberação social, comprar, vender, hipotecar, contrair empréstimos e onerar bens móveis e imóveis, adquirir, por trespasse, outros estabelecimentos e participar no capital de outras sociedades, mas é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam respeito directamente aos negócios sociais, tais como: abonações, letras de favor, fianças ou outros semelhantes.

Artigo sétimo

Eliminado.

Artigo oitavo

Passa a sétimo.

Artigo nono

Passa a oitavo.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, António Correia.

(Custo desta publicação \$ 1 234,50)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Companhia de Investimento Imobiliário Internacional Kwan Lek, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 30 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 66 e seguintes do livro n.º 24, deste Cartório, foi constituída, entre Pedro José Gomes e Kuang Dong Ming, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «Companhia de Investimento Imobiliário

Internacional Kwan Lek, Limitada» e em chinês «Kwan Lek Kuoc Chai Tao Chi Iao Han Cong Si», e terá a sua sede em Macau, no Istmo de Ferreira do Amaral, n.º 30, edifício Hoi Nam, bloco I, 12.º andar, letra «I», freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá mudar a sede social para qualquer outro lugar, bem como abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações ou agências.

Artigo segundo

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu começo a partir da data desta escritura.

Artigo terceiro

O seu objecto social é a construção civil, o investimento no sector imobiliário e a compra, venda e administração de propriedades.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, ou prestação de serviços, permitidos por lei.

Artigo quarto

O capital social, realizado em dinheiro e subscrito, é de cinquenta mil patacas, ou sejam duzentos e cinquenta mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das quotas, assim discriminadas:

- a) Uma quota, no valor nominal de vinte e cinco mil patacas, pertencente ao sócio Pedro José Gomes; e
- b) Uma quota, no valor nominal de vinte e cinco mil patacas, pertencente ao sócio Kuang, Dong Ming.

Artigo quinto

A cessão de quotas entre os sócios é livremente permitida. A cedência a favor de estranhos depende do consentimento, por escrito, da sociedade, preferindo esta em primeiro lugar e qualquer dos sócios

não cedentes em segundo. Desejando vários sócios usar do direito de preferência, abrir-se-á licitação entre eles.

O sócio que pretender ceder a sua quota deverá comunicar à sociedade e aos demais sócios, com a antecedência mínima de sessenta dias e por carta registada, o nome do cessionário e o preço da projectada cessão.

Artigo sexto

A gerência social, dispensada de caução, fica confiada aos sócios ou não-sócios que sejam nomeadas pela assembleia geral, ficando, desde já, nomeados gerentes ambos os sócios.

Parágrafo primeiro

Para a sociedade ficar validamente obrigada, em juízo e fora dele, activa e passivamente, são necessárias as assinaturas conjuntas de dois gerentes ou de seus procuradores, mas para os actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer membro da gerência.

Parágrafo segundo

A gerência será ou não remunerada, consoante for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo terceiro

Os membros da gerência podem delegar os seus poderes em quem entenderem e a assembleia geral poderá nomear outros gerentes e ainda mandatários, especificando os respectivos poderes.

Parágrafo quarto

Os membros da gerência podem, em nome da sociedade e sem necessidade de deliberação social, comprar, vender, hipotecar, contrair empréstimos e onerar bens imóveis e móveis, adquirir, por trespasse, outros estabelecimentos e participar no capital de outras sociedades, mas é expressamente proibido à gerência obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam respeito directamente aos negócios sociais, tais como: abonações, letras de favor, fianças ou outros semelhantes.

Artigo sétimo

As assembleias gerais, nos casos em que a lei não determinar outros prazos e

formalidades especiais, serão convocadas por cartas registadas, com o mínimo de oito dias de antecedência.

Cartório Privado, em Macau, aos trinta e um de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, Carlos Duque Simões.

(Custo desta publicação \$ 1 654,70)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Investimentos Electrónicos, Importação e Exportação, Cybersonic, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 25 de Outubro de 1995, lavrada de fls. 126 a 128 v. do livro de notas para escrituras diversas n.º 19-A, deste Cartório, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regula pelos artigos constantes do pacto social que se anexa:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação «Investimentos Electrónicos, Importação e Exportação, Cybersonic, Limitada», em chinês «Song Fa Tou Zi You Xian Gong Si» e em inglês «Cybersonic Investments Limited», e tem a sua sede em Macau, na Zona dos Novos Aterros do Porto Exterior, edifício Wong Chiu Plaza, 6.° andar, «F-G», lote 8 (A 2/C).

Artigo segundo

O objecto social consiste na comercialização de produtos electrónicos.

Artigo terceiro

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos, a partir da data desta escritura.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cem mil patacas, equivalentes a quinhentos mil escudos, nos termos da lei, e corresponde à soma das quotas dos sócios, assim discriminadas:

a) Yap, Fat Khi Paul, uma quota de cinquenta e uma mil patacas; e

b) Fu Shing Ki, uma quota de quarenta e nove mil patacas.

Artigo quinto

A cessão de quotas, quer entre os sócios quer a estranhos, necessita do consentimento da sociedade, que terá o direito de preferência.

Artigo sexto

A administração dos negócios da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem a uma gerência composta por dois gerentes, os quais poderão ser pessoas estranhas à sociedade e exercerão os seus cargos, com dispensa de caução e por tempo indeterminado, até à sua substituição deliberada em assembleia geral.

Artigo sétimo

São, desde já, nomeados gerentes ambos os sócios.

Artigo oitavo

A sociedade obriga-se, em todos os actos e contratos, mediante a assinatura conjunta dos dois gerentes.

Parágrafo único

Os membros da gerência, de harmonia com a forma de obrigar a sociedade estipulada no corpo deste artigo, ficam, desde já, autorizados para a prática dos seguintes actos:

- a) Adquirir, alienar e onerar bens móveis, imóveis, valores e direitos, incluindo obrigações e quaisquer participações sociais em sociedades já constituídas ou a constituir;
- b) Contrair empréstimos e outras formas de crédito;
- c) Subscrever, aceitar, avalizar e endossar letras, livranças, cheques e outros títulos de crédito; e
- d) Movimentar contas bancárias, a crédito e a débito.

Artigo nono

Os membros da gerência podem delegar os seus poderes em qualquer sócio ou em pessoas estranhas à sociedade, e esta, por sua vez, pode também constituir mandatários, nos termos da lei.

Artigo décimo

As reuniões da assembleia geral serão convocadas por qualquer membro da gerência, mediante carta registada, com a antecedência mínima de oito dias, salvo quando a lei prescrever outra forma de convocação.

Parágrafo único

A falta de antecedência, prevista no corpo deste artigo, poderá ser suprida pelas assinaturas dos sócios no aviso de convocação.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — A Notária, *Isaura Revés Deodato*.

(Custo desta publicação \$ 1 418,30)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Companhia de Construção e Fomento Predial Hwa Jung (Macau), Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 26 de Outubro de 1995, lavrada de fls. 129 a 132 do livro de notas para escrituras diversas n.º 19-A, deste Cartório, foi alterado o respectivo pacto social no que respeita ao artigo quarto e parágrafos segundo e terceiro do artigo sétimo, conforme consta dos documentos em anexo:

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cem mil patacas, equivalentes a quinhentos mil escudos, nos termos da lei, e corresponde à soma das quotas das sócias, assim discriminadas:

- a) «Fok Chao Kuok Chai Keng Chai Kei Sot Hap Chok Cong Si», uma quota de vinte mil patacas; e
- b) «Fok Chao Si Kuok Iao Chi Chan Ieng Wan Cong Si», uma quota de oitenta mil patacas.

Artigo sétimo

Parágrafo segundo

São: gerente-geral o não-sócio Fang Yuanguan, e vice-gerentes-gerais os não-sócios Liang Hongquan e Wang Tingzhang, todos atrás identificados.

Parágrafo terceiro

Os membros da gerência, de harmonia com a forma de obrigar a sociedade estipulada no corpo deste artigo, ficam, desde já, autorizados para a prática dos seguintes actos:

- a) Adquirir, alienar e onerar bens móveis, imóveis, valores e direitos, incluindo obrigações e quaisquer participações sociais em sociedades já constituídas ou a constituir;
- b) Contrair empréstimos e outras formas de crédito;
- c) Subscrever, aceitar, avalizar e endossar letras, livranças, cheques e outros títulos de crédito; e
- d) Movimentar contas bancárias, a crédito e a débito.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — A Notária, *Isaura Revés Deodato*.

(Custo desta publicação \$ 735,40)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Instituto de Estudos Europeus de Macau

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 23 de Outubro de 1995, lavrada de fls. 69 a 75 v. do livro de notas para escrituras diversas n.º 19-A, deste Cartório, foi constituída uma associação que se regula pelos artigos constantes do pacto social, que se anexa:

CAPÍTULO I

Parte geral

Artigo primeiro

(Denominação)

É constituída uma associação que adopta a denominação «Instituto de Estudos Europeus de Macau», em chinês «Ou Mun Ao Chao In Kao Hoc Vui» e em inglês «Institute of European Studies of Macau», doravante designado por IEEM.

Artigo segundo

(Natureza)

O IEEM é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, que se rege pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles for omisso, pela legislação aplicável.

Artigo terceiro

(Sede)

O IEEM tem a sua sede em Macau, na Avenida da Praia Grande, edifício Si Toi, 13.º andar, podendo a Direcção mudá-la para outro local.

Artigo quarto

(Duração)

A duração do IEEM é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu início a partir da data da escritura de constituição.

Artigo quinto

(Fins)

Um. O IEEM tem como fins:

- a) Difundir, na sua área de influência, a concepção da construção Europeia nas suas vertentes cultural, política e económica, as políticas em vigor e as perspectivas de evolução;
- b) Difundir nos países da União Europeia, os modelos, os processos e as perspectivas de desenvolvimento dos países da Ásia-Pacífico, e concretamente da China;
- c) Recolher, tratar e difundir informação sobre a União Europeia;
- d) Adquirir elementos bibliográficos ou de outra ordem relativos aos problemas de estrutura, objecto e funcionamento da União Europeia; e
- e) Colaborar com e/ou filiar-se noutros organismos afins e cooperar com as instâncias oficiais e privadas, exteriores ou não ao Território, em actividades relacionadas com os seus fins.

Dois. Para a prossecução destes fins, o IEEM promoverá cursos de curta e longa duração, assim como projectos de inves-

tigação, lançará iniciativas na área de divulgação, designadamente colóquios, seminários e conferências, podendo igualmente lançar mão de outros meios adequados para atingir os seus fins.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo sexto

(Associados fundadores)

São associados fundadores do IEEM:

- a) O Território de Macau;
- b) A Universidade de Macau;
- c) O Instituto Politécnico de Macau;
- d) A Fundação Macau; e
- e) O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau.

Artigo sétimo

(Associados)

Podem ser associadas do IEEM todas as pessoas que tenham vocação para a prossecução dos fins mencionados no artigo quinto.

Artigo oitavo

(Deveres dos associados)

Constituem deveres dos associados:

- a) Cumprir os estatutos do IEEM, as deliberações dos órgãos sociais, assim como os regulamentos internos;
- b) Contribuir, com todos os meios ao seu alcance, para a prossecução dos fins, progresso e prestígio do IEEM; e
- c) Participar nas reuniões dos órgãos sociais a que pertençam.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

Artigo nono

(Órgãos)

São órgãos do IEEM, a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Secção I

Da Assembleia Geral

Artigo décimo

(Definição e composição)

Um. A Assembleia Geral, como órgão supremo do IEEM, é constituída por todos os associados em pleno uso dos seus direitos, sendo as suas deliberações soberanas nos limites da lei e dos presentes estatutos.

Dois. A Assembleia Geral é presidida por uma Mesa composta por um presidente e dois secretários, eleitos em Assembleia Geral, por um período de dois anos, podendo ser reeleitos.

Artigo décimo primeiro

(Competências)

Um. Compete à Assembleia Geral:

- a) Alterar os estatutos;
- b) Eleger os titulares dos órgãos sociais da Associação;
- c) Destituir os titulares dos órgãos sociais da Associação;
- d) Apreciar e aprovar o relatório anual e contas da Direcção;
- e) Apreciar e aprovar o plano de actividades e os orçamentos anuais do IEEM;
 - f) Extinguir a Associação; e
- g) Dar autorização à Associação para esta demandar os membros da Direcção por factos praticados no exercício do cargo.

Dois. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos associados presentes, salvo nos casos em que a lei exija uma maioria diferente.

Artigo décimo segundo

(Funcionamento)

Um. A Assembleia Geral reúne anualmente em sessão ordinária, convocada pelo seu presidente, com a finalidade de discutir e votar o relatório anual e contas da Direcção, relativos ao exercício do ano anterior, e discutir e votar o plano de actividades, bem como o orçamento do IEEM para o ano seguinte.

Dois. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente por iniciativa do seu presidente, da Direcção, do Conselho Fiscal ou a requerimento de um quinto dos associados.

Três. A convocação da Assembleia Geral é feita mediante carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de dez dias úteis.

Secção II

Da Direcção

Artigo décimo terceiro

(Composição)

Um. A Direcção é constituída por um presidente e dois vogais, eleitos por dois anos em Assembleia Geral.

Dois. Os membros da Direcção podem ser reeleitos.

Artigo décimo quarto

(Competências)

À Direcção compete:

- a) Assegurar a gestão e o funcionamento do IEEM e elaborar e submeter à Assembleia Geral, para aprovação, o relatório e contas anuais do exercício, bem como os planos de actividade e orçamentos anuais;
- b) Elaborar os regulamentos internos e respectivas alterações;
 - c) Representar o IEEM;
- d) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- e) Deliberar a filiação do IEEM em organizações congéneres internacionais, bem como solicitar a admissão como associado naquele tipo de organizações;
- f) Executar as disposições previstas nestes estatutos ou nos regulamentos internos;
- g) Decidir sobre a admissão dos novos associados; e
- h) Exercer os demais poderes que não sejam por lei ou por estes estatutos reservados a outros órgãos.

Artigo décimo quinto

(Competências do presidente da Direcção)

Um. Compete ao presidente da Direcção:

- a) Representar a Direcção;
- b) Coordenar a actividade da Direcção e convocar e dirigir as respectivas reuniões;
 - c) Exercer o voto de qualidade;
- d) Zelar pela correcta execução das deliberações tomadas; e
- e) Desempenhar as demais competências que lhe são cometidas pelos estatutos e regulamentos internos.

Dois. O presidente pode delegar em qualquer dos membros da Direcção poderes da sua competência.

Secção III

Do Conselho Fiscal

Artigo décimo sexto

(Composição e funcionamento)

Um. O Conselho Fiscal é constituído por um presidente e dois vogais, eleitos por dois anos em Assembleia Geral.

Dois. Os membros do Conselho Fiscal podem ser reeleitos.

Artigo décimo sétimo

(Atribuições)

São atribuições do Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a actividade da Direcção; e
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais da Direcção.

CAPÍTULO IV

Da disciplina

Artigo décimo oitavo

(Sanções)

Aos associados que infringirem os estatutos e os regulamentos internos ou praticarem actos que desprestigiem o IEEM, podem ser aplicadas pela Direcção, atendendo à gravidade do acto, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Censura por escrito;
- c) Suspensão; e
- d) Expulsão.

CAPÍTULO V

Das contribuições e receitas

Artigo décimo nono

(Contribuições e receitas)

Um. Cada um dos associados fundadores contribui, no acto de constituição do IEEM, com cinco mil patacas para o património social.

Dois. As receitas do IEEM compreendem:

- a) As contribuições dos associados;
- b) As contribuições de não associados;
- c) As receitas provenientes do exercício da actividade do IEEM; e
- d) O produto da venda de bens e da prestação de serviços.

CAPÍTULO VI

Das eleições

Artigo vigésimo

(Apresentação das candidaturas e composição das listas)

Um. As candidaturas aos órgãos sociais do IEEM devem ser apresentadas ao presidente da Mesa da Assembleia Geral até dez dias úteis antes do sufrágio.

Dois. As listas devem incluir um suplente para a Direcção, um para o Conselho Fiscal e um para a Mesa da Assembleia Geral.

Três. Os candidatos suplentes integram os órgãos para que foram eleitos nos casos de perda de mandato ou renúncia, bem como de ausência ou impedimento dos membros efectivos.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — A Notária, *Isaura Revés Deodato*.

(Custo desta publicação \$ 4 219,90)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Agência de Viagens Ananda, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 28 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 1 e seguintes do livro n.º 2, deste Cartório, foi constituída, entre Chan Yeuk Wai e Chan Yeuk Pun, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «Agência de Viagens Ananda, Limitada», em chinês «Sun Tat Wing On Loi Yau» e em inglês «Ananda Travel Limited», e tem a sua sede social em Macau, na Avenida da Praia Grande, n.º 57, Centro Comercial da Praia Grande, 15.º andar, «B», a qual poderá ser deslocada para outro local por simples deliberação da gerência.

Artigo segundo

O seu objecto social exclusivo é o exercício da actividade de exploração de agência de viagens e turismo.

Artigo terceiro

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu início a partir da data desta escritura.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de um milhão de patacas, ou sejam cinco milhões de escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma de duas quotas:

- a) Uma de quinhentas mil patacas, pertencente ao sócio Chan Yeuk Wai; e
- b) Uma de quinhentas mil patacas, pertencente ao sócio Chan Yeuk Pun.

Artigo quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência.

Artigo sexto

Um. A gerência social, dispensada de caução, fica confiada às pessoas, sócias ou não, que sejam nomeadas em assembleia geral, ficando, desde já, nomeados o sócio Chan Yeuk Wai e o sócio Chan Yeuk Pun.

Dois. Para a sociedade se considerar validamente obrigada, é necessário que os repectivvos actos, contratos e demais documentos sejam, em nome dela, assinados por qualquer um dos membros da gerência.

Artigo sétimo

A sociedade pode constituir mandatários, nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial, sendo ainda conferida aos membros da gerência a faculdade de delegarem, total ou parcialmente, os seus poderes.

Artigo oitavo

As assembleias gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de carta registada, enviada com a antecedência mínima de oito dias, incluindo sempre o assunto no aviso de convocação.

Cartório Privado, em Macau, aos três de Novembro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *Helder Fráguas*.

(Custo desta publicação \$ 1 015,60)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

King Power Lojas Francas (Macau), Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 19 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 30 e seguintes do livro n.º 93, deste Cartório, foi constituída, entre «Hong Kong Kai Tak International Airport Duty Free Shop Company Limited», «Big Hand (Hong Kong) Company Limited» e «Sun Yuet Tai Lojas Francas (Macau), Limitada», uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de «King Power Lojas Francas (Macau), Limitada», em inglês «King Power Duty Free (Macau) Company Limited» e em chinês

«Vong Kun Min Sôi Pan Tim (Ou Mun) Iao Han Cong Si», e terá a sua sede em Macau, na Avenida Doutor Mário Soares, sem número, edifício Banco da China, 23.º andar, letra «F», freguesia da Sé.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá mudar a sede social para qualquer outro lugar, bem como abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações ou agências.

Artigo segundo

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu começo a partir da data desta escritura.

Artigo terceiro

O seu objecto social é a exploração de lojas francas, o comércio a retalho ou grossista e o comércio geral de importação e exportação de grande variedade de mercadorias.

Parágrafo único

Por simples deliberação, tomada em assembleia geral, a sociedade poderá dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, ou prestação de serviços, permitidos por lei.

Artigo quarto

O capital social, realizado em dinheiro e subscrito, é de um milhão de patacas, ou sejamcinco milhões de escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das quotas, assim discriminadas:

- a) Uma quota, no valor nominal de setecentas e cinquenta mil patacas, pertencente à sócia «Hong Kong Kai Tak International Airport Duty Free Shop Company Limited»;
- b) Uma quota, no valor nominal de cem mil patacas, pertencente à sócia «Big Hand (Hong Kong) Company Limited»; e
- c) Uma quota, no valor nominal de cento e cinquenta mil patacas, pertencente à sócia «Sun Yuet Tai Lojas Francas (Macau), Limitada».

Artigo quinto

A cessão de quotas entre os sócios é livremente permitida. A cedência a favor

de estranhos depende do consentimento, por escrito, da sociedade, preferindo esta em primeiro lugar e qualquer dos sócios não cedentes em segundo. Desejando vários sócios usar do direito de preferência, abrir-se-á licitação entre eles.

O sócio que pretender ceder a sua quota deverá comunicar à sociedade e aos demais sócios, com a antecedência mínima de sessenta dias e por carta registada, o nome do cessionário e o preço da projectada cessão.

Artigo sexto

A gerência social, dispensada de caução, fica confiada às pessoas, sócias ou não, que sejam nomeadas em assembleia geral, ficando, desde já, nomeados gerente-geral o não-sócio Cheng Ying Nam, casado e com domicílio em Hong Kong, 715-716, 7th Floor, Nan Fung Commercial Centre, 19 Lam Lok Street, Kowloon Bay, Kowloon; vice-gerente-geral o não-sócio Chan Kar Leung, casado e residente em Hong Kong, A702, Villa Lotto, 18 Broadwood Road, Happy Valley; e gerentes o não-sócio O Man Seng e os não-sócios Li Zhaomin, solteiro, maior e com domicílio em Macau, na Ponte Cais n.º 14 do Porto Interior, Woo, Kwok Shu Jeffer, casado, e Li, Siu Ping, solteiro, maior, ambos com domicílio em Hong Kong, 715-716, 7th Floor, Nan Fung Commercial Centre, 19 Lam Lok Street, Kowloon Bay, Kowloon.

Parágrafo primeiro

Para a sociedade ficar validamente obrigada, em juízo e fora dele, activa ou passivamente, são necessárias as assinaturas conjuntas do gerente-geral com o vice-gerente-geral ou de seus procuradores, mas para os actos de mero expediente e operações de importação e exportação das mercadorias, nomeadamente perante a Direcção dos Serviços de Economia, basta a assinatura de qualquer membro da gerência.

Parágrafo segundo

A gerência será ou não remunerada, consoante for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo terceiro

Os membros da gerência podem delegar os seus poderes em quem entenderem e a assembleia geral poderá nomear outros gerentes e ainda mandatários, especificando os respectivos poderes.

Parágrafo quarto

Os membros da gerência podem, em nome da sociedade e sem necessidade de deliberação social, comprar, vender, hipotecar, contrair empréstimos e onerar bens móveis e imóveis, adquirir, por trespasse, outros estabelecimentos e participar no capital de outras sociedades, mas é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam respeito directamente aos negócios sociais, tais como: abonações, letras de favor, fianças ou outros semelhantes.

Artigo sétimo

As assembleias gerais, nos casos em que a lei não determinar outros prazos e formalidades especiais, serão convocadas por carta registada, com o mínimo de oito dias de antecedência.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *António Correia*.

(Custo desta publicação \$ 1 873,60)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Companhia de Desenvolvimento Predial Heng Jiang (Macau), Limitada

Certifico, para publicação, que, por escritura de 30 de Outubro de 1995, a fls. 82 do livro de notas n.º 9, deste Cartório, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação identificada em epígrafe, a qual se regula pelo pacto constante dos artigos seguintes:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação «Companhia de Desenvolvimento Predial Heng Jiang (Macau), Limitada», em chinês «Heng Jiang Fat Chin (Ou Mun) Iao Han Cong Si» e em inglês «Heng Jiang Development (Macau) Company Limited», com sede na Rua de Cantão, n.º 38, edifício I On Kok, rés-do-chão, lojas «He I», freguesia da Sé, concelho de Macau.

Artigo segundo

A sua duração é indeterminada, contando-se o seu início a partir da data desta escritura.

Artigo terceiro

O objecto é a indústria da construção civil, o comércio de imóveis e da importação e exportação.

Artigo quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de dez mil patacas, equivalentes a cinquenta mil escudos, nos termos da lei, e corresponde à soma das quotas dos sócios, do modo seguinte:

- a) Yuen Fong Wing, nove mil patacas; e
- b) Li Lai Man, mil patacas.

Artigo quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência.

Artigo sexto

A gerência pertence aos sócios, sendo, desde já, nomeado gerente-geral o sócio Yuen Fong Wing, e gerente a sócia Li Lai Man, com dispensa de caução e por tempo indeterminado.

Artigo sétimo

A sociedade apenas se obriga com a assinatura do gerente-geral.

Artigo oitavo

Os membros da gerência podem delegar, no todo ou emparte, os seus poderes e a sociedade constituir mandatários, nos termos da lei.

Artigo nono

Um. As assembleias gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, são convocadas por qualquer membro da gerência, mediante carta registada, endereçada ao outro sócio com a antecedência mínima de oito dias.

Dois. A falta de antecedência, prevista no número anterior, pode ser suprida pela aposição da assinatura dos sócios no aviso de convocação.

Três. As reuniões da assembleia geral podem realizar-se em qualquer lugar, fora da sede social, desde que estejam presentes ou representados todos os sócios.

Quatro. Os sócios podem fazer-se representar por qualquer outro sócio nas assembleias gerais, por mandato conferido por simples carta.

Cartório Privado, em Macau, aos trinta e um de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *Diamantino de Oliveira Ferreira*.

(Custo desta publicação \$ 1 120,60)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Kam Lun — Consultores de Investimentos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 26 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 92 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 6, deste Cartório, foi constituída, entre «Johnny Hang Po Lam & Company Limited» e «Sun Tat Development (HK) Limited», uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Artigo primeiro

Um. A sociedade adopta a denominação de «Kam Lun — Consultores de Investimentos, Limitada», em chinês «Kam Lun Tao Chi Ku Man Iao Han Cong Si» e em inglês «Kam Lun Investments Consultancy Company Limited», e tem a sede em Macau, na Rua de Luís Gonzaga Gomes, n.º 192, edifício comercial Kingsway, résdo-chão, freguesia da Sé.

Dois. A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu começo a partir da data desta escritura.

Artigo segundo

A sociedade tem por objecto social a análise de projectos de investimentos, prestação de consultoria e elaboração de estudos sobre assuntos económicos, financeiros ou comerciais e a gestão de empreendimentos, empreitadas ou contratos.

Artigo terceiro

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cem mil patacas, ou sejam quinhentos mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei número trinta e três barra setenta e sete barra M, de vinte de Agosto, e corresponde à soma das quotas dos sócios, assim distribuídas:

- a) «Johnny Hang Po Lam & Company Limited», uma quota no valor de trinta e oito mil patacas; e
- b) «Sun Tat Development (HK) Limited», uma quota no valor de sessenta e duas mil patacas.

Artigo quarto

É livre a cessão de quotas entre os sócios, mas a cessão a terceiros depende do consentimento da sociedade, que terá direito de preferência.

Artigo quinto

Um. A administração dos negócios da sociedade pertence a uma gerência composta por um gerente, sócio ou não, que seja nomeado em assembleia geral, o qual exercerá o seu cargo com dispensa de caução e por tempo indeterminado.

Dois. É nomeado gerente o não-sócio Ng Cheow Leng (Huang Cheow Leng), acima identificado.

Três. A gerência será ou não remunerada, consoante o que for deliberado em assembleia geral.

Quatro. O gerente pode delegar os seus poderes em quem entender e a assembleia geral poderá nomear outros gerentes e ainda mandatários, especificando os respectivos poderes.

Artigo sexto

Um. Para a sociedade ficar validamente obrigada, em juízo e fora dele, activa ou passivamente, é necessária a assinatura de um gerente.

Dois. A gerência pode, em nome da sociedade e sem necessidade de deliberação social:

- a) Adquirir, vender, permutar, hipotecar ou, por qualquer forma, alienar ou onerar quaisquer bens ou direitos, móveis ou imóveis;
- b) Negociar, celebrar e executar os contratos em que a sociedade seja parte, qualquer que seja o seu alcance, natureza e objecto, ou a forma que revistam;

- c) Contrair empréstimos ou quaisquer outras modalidades de financiamentos, bem como realizar quaisquer outras operações de crédito, activas ou passivas, com ou sem garantias reais;
- d) Movimentar contas bancárias, subscrever, aceitar, sacar e endossar letras, livranças, cheques e quaisquer outros títulos de crédito;
- e) Transferir a sede social para qualquer outro lugar, abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações ou agências;
- f) Adquirir, por trespasse, outros estabelecimentos; e
- g) Participar no capital de outras sociedades.

Três. É expressamente proibido à gerência obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam respeito directamente aos negócios sociais, tais como abonações, letras de favor, fianças ou outros semelhantes.

Artigo sétimo

As assembleias gerais, nos casos em que a lei não determinar outros prazos e formalidades especiais, serão convocadas por qualquer membro da gerência, através de carta registada, com o mínimo de oito dias de antecedência.

Está conforme.

Cartório Privado, em Macau, aos vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, *João Miguel Barros*.

(Custo desta publicação \$ 1 610,90)

CARTÓRIO PRIVADO MACAU

CERTIFICADO

Comércio de Importação e Exportação Pharma, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 26 de Outubro de 1995, lavrada a fls. 39 e seguintes do livro de escrituras diversas n.º 24, deste Cartório, se procedeu à alteração do artigo primeiro e corpo do artigo segundo do pacto social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com denominação em

epígrafe, os quais passam a ter a redacção em anexo:

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação «Comércio de Importação e Exportação Pharma, Limitada», e em chinês «Heng Kin Mao Iek Iao Han Cong Si», e terá a sua sede em Macau, na Avenida de Almeida Ribeiro, número dois-B, terceiro andar, freguesia da Sé, concelho de Macau, po-

dendo a sociedade transferir, instalar ou montar sucursais e qualquer outra forma de representação social, onde e quando lhe pareça conveniente.

Artigo segundo

O seu objecto social consiste na importação e exportação de grande variedade de mercadorias, nomeadamente produtos e especialidades farmacêuticas, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio e indústria que os sócios acordem, dentro dos limites legais.

Parágrafo único

(Mantém-se).

Cartório Privado, em Macau, aos trinta de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco. — O Notário, Carlos Duque Simões.

(Custo desta publicação \$ 586,60)

CITIBANK N.A. MACAU

Balancete do razão em 30 de Setembro de 1995

	Saldos	
Designação das rubricas	Devedores	Credores
Caixa		
- Patacas	345,722.60	
- Moedas externas	3,598,408.88	
Depósitos no Instituto Emissor		
- Patacas	14,821,512.67	
- Moedas externas	334,489.49	
Valores a cobrar	21,836.00	
Depósitos á ordem noutras instituições de crédito no Território	32,281.49	
Depósitos á ordem no exterior	4,309,971.21	
Ouro e prata		
Outros valores		
Crédito concedido	18,856,984.69	
Aplicações de crédito no Território	37,000,000.00	
Depósitos com pré-aviso e a prazo no exterior	603,092,911.82	
Acções, obrigações e quotas	· ' '	
Aplicações em instituições de recursos consignados		
Devedores	į į	
Outras aplicações		
Depósitos á ordem		
- Patacas		13,075,483.06
- Moedas externas		60,673,043.02
Depósitos com pré-aviso		55,510,510.02
- Patacas		
- Moedas externas		86,897,667.22
Depósitos a prazo		00,001,001.22
- Patacas		6,574,667.85
- Moedas externas		516,437,891.08
Recursos de instituições de crédito no Território		0 10, 101,001.00
Recursos de instituições de diculto no remitorio		
Empréstimos em moedas externas	1	
Empréstimos por obrigações		
Credores por recursos consignados		
		1,315,323.76
Cheques e ordens a pagar Credores		1,010,020.10
	l l	47,501.98
Exigibilidades diversas		47,501.80
Participações financeiras	3,082,880.96	
Imóveis	625,867.62	
Equipamento	625,667.62	
Custos plurienais	215 061 07	
Despesas de instalação	215,961.97	
Imobilizações em curso		
Outros valores imobilizados	2 224 667 52	2,619,175.03
Contas internas e de regularização	2,224,667.53	40,539.70
Provisões para riscos diversos		40,559.70
Capital		
Reserva legal		
Reserva estatutaria		
Outras reservas		500 000 00
Resultados transitados de exercicios anteriores		506,006.93
Custos por natureza	31,674,125.05	00 050 000 55
Proveitos por natureza	Į l	32,050,322.35
Valores recebidos em depósito		
Valores recebidos para cobrança		
Valores recebidos em caução	5,440,603.69	5,440,603.69
Devedores por garantias e avales prestados		
Devedores por créditos abertos		
Credores por valores recebidos em depósito		
Credores por valores recebidos para cobrança		
Credores por valores recebidos em caução		
Garantias e avales prestados	718,050.00	718,050.00
Créditos abertos	1	
Outras contas extrapatrimoniais	1	
TOTAIS	726,396,275.67	726,396,275.67

O Administrador,

O Chefe da Contabilidade,

Alex Li Branch Manager Emme Kwok Vice President

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, S.A.

Balancete do razão em 30 de Setembro de 1995

Patacas

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS		SALDOS	
	DEVEDORES	CREDORES	
CAIXA - PATACAS	474.239,00	0,00	
CAIXA - MOEDA EXTERNA	31.551.027,70	0,00	
DEPÓSITO NA AUTORIDADE MONETÁRIA E CAMBIAL DE MACAU	65.494.524,70	0,00	
CERTIFICADOS DE DÍVIDA DO GOVERNO DE MACAU	1.312.720.492,42	0,00	
VALORES A COBRAR	4.452.499,51	0,00	
DEPÓSITO À ORDEM NOUTRAS INST.CRÉDITO NO TERRITÓRIO	3.765.386,41	0,00	
DEPÓSITO À ORDEM NO EXTERIOR	165.476.030,70	0,00	
OUTROS VALORES	1.103.667,80	0,00	
CRÉDITO CONCEDIDO	3.406.436.959,91	75.139.726,75	
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO TERRITÓRIO	363.463.992,20	0,00	
DEPÓSITO COM PRÉ-AVISO E A PRAZO NO EXTERIOR	3.227.617.764,90	0,00	
ACÇÕES, OBRIGAÇÕES E QUOTAS	1.337,457,120,60	0,00	
APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSIGNADOS	0,00	0,00	
DEVEDORES	69.133.487,80	0,00	
OUTRAS APLICAÇÕES	0,00	0,00	
NOTAS EM CIRCULAÇÃO	0,00	1.338.559.235,00	
DEPÓSITOS A ORDEM - PATACAS	0,00	1,440,561,961,06	
DEPÓSITOS A ORDEM - MOEDA EXTERNA	0,00	413.800.912,70	
DEPÓSITOS COM PRÉ - AVISO - PATACAS	0,00	0,00	
DEPÓSITOS COM PRÉ - AVISO - MOEDA EXTERNA	0,00	0.00	
DEPÓSITOS A PRAZO - PATACAS	0,00	780.731.638.50	
DEPÓSITOS A PRAZO - MOEDA EXTERNA	0,00	5.587.642.769,90	
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO TERRITÓRIO	0,00	268.732.957,36	
EMPRÉSTIMOS EM MOEDAS EXTERNAS	0,00	0,00	
CREDORES POR RECURSOS CONSIGNADOS	0,00	0,00	
CHEQUES E ORDENS A PAGAR	0,00	11.117,50	
CREDORES	0,00	53.480.057,10	
EXGIBILIDADAS DIVERSAS	0.00	17.963.795,57	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	22.141.514,20	0,00	
IMÓVEIS	54.326.980,96	10.064.463,17	
EQUIPAMENTO	53.853.778,55	41.737.837.20	
CUSTOS PLURIANUAIS	30.575.364,89	21.725.046,20	
DESPESAS DE INSTALAÇÕES	963.333,20	535.676,10	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	37.161.716,66	0.00	
OUTRAS VALORES IMOBILIZADOS	543,949,75	0.00	
CONTAS INTERNAS E DE REGULARIZAÇÃO	1.129.012.964,64	1.141.232.444,74	
PROVISÕES PARA RISCOS DIVERSOS	0,00	87.846.789,11	
CAPITAL	0,00	0,00	
RESERVA LEGAL	0,00		
RESERVA ESTATUTÁRIA	0,00	0,00	
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00	
RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	
LUCROS E PERDAS	10.359.168,92	0,00	
CUSTOS POR NATUREZA	530.804.687,42	1.817.049,90	
PROVEITOS POR NATUREZA	1	0,00	
VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO	0,00	577.307.174,98	
	159.617.556,00	0,00	
VALORES RECEBIDOS PARA COBRANÇA	61.975.342,26	0,00	
VALORES RECEBIDOS EM CAUÇÃO	7.438.371.344,28	0,00	
GARANTIAS E AVALES PRESTADOS	0,00	268.756.375,11	
CRÉDITOS ABERTOS	0,00	260.336.039,10	
CREDORES POR VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO	0,00	159.617.556,00	
CREDORES POR VALORES RECEBIDOS PARA COBRANÇA	0,00	61.975.342,26	
CREDORES POR VALORES RECEBIDOS EM CAUÇÃO	0,00	7.438.371.344,28	
DEVEDORES POR GARANTIAS E AVALES PRESTADOS	268.756.375,11	0,00	
DEVEDORES POR CRÉDITOS ABERTOS	260.336.039,10	0,00	
TESOURO PÚBLICO - CONTA CORRENTE	1.114.971.561,25	0,00	
VALORES EM CONTA COM O TESOURO PÚBLICO	0,00	1.114.971.561,25	
OUTRAS CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS	4.818.316.702,56	4.818.316.702,56	
TOTAL	25.981.235.573,40	25.981.235.573,40	

A Responsável pela Contabilidade,

O Director-Geral,

Maria Clara Fong

Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE CANTÃO

Balancete do razão em 30 de Setembro de 1995

DESIGNAÇÃO DAS RUBRICAS	DESIGNAÇÃO DAS PURPICAS	
	DEVEDORES	CREDORES
Caixa	1 025 470 00	
- Patacas	1,035,478.80	
- Moedas externas	3,725,879.62	
Depósitos na Autoridade Monetária e Cambial de Macau	0.005 553 40	
- Patacas	8,985,553.48	
- Moedas externas Valores a cobrar	10,300.00	
Depósitos à ordem noutras instituições de crédito no Território	430,397.97	
Depósitos à ordem no exterior	32,220,865.61	
Ouro e prata	02,220,000101	
Outros valores		
Crédito concedido	458,669,071.95	
Aplicações em instituições de crédito no Território		
Depósitos com pré-aviso e a prazo no exterior	711,677,929.00	
Acções, obrigações e quotas		
Aplicações de recursos consignados		
Devedores	484,494.68	
Outras aplicações	8,000,000.00	
Depósitos à ordem		ده د ـــ م
- Patacas		6,776,820.6
- Moedas externas		55,129,185.8
Depósitos com pré-aviso		
- Patacas		
- Moedas externas		
Depósitos a prazo		225 061 420 6
- Patacas		235,961,429.6
- Moedas externas		161,264,203.9
Recursos de instituições de crédito no Território		74,020,270.7
Recursos de outras entidades locais		317,995,334.3
Empréstimos em moedas externas		317,993,334.3
Empréstimos por obrigações Credores por recursos consignados		294,668,000.0
Cheques e ordens a pagar		250,136.4
Credores		200,2001
Exigibilidades diversas		4,256,454.8
Participações financeiras		
Imóveis	42,043,611.11	
Equipamento	4,367,764.24	
Custos plurienais	701,678.17	
Despesas de instalação	2,041,445.90	
Imobilizações em curso		
Outros valores imobilizados	2,395,408.95	
Contas internas e de regularização	11,510,221.47	118,943,516.7
Provisões para riscos diversos		5,870,000.0
Capital		
Reserva legal		
Reserva estatutária		
Outras reservas		2 051 125 (
Resultados transitados de exercícios anteriores	(0 5(0 015 75	2,051,135.6
Custos por natureza Proveitos por natureza	60,560,815.75	71,674,428.0
·		71,074,420.
Valores recebidos em depósito Valores recebidos para cobrança	1	
Valores recebidos para cobiança Valores recebidos em caução	265,999,708.39	
Devedores por garantias e avales prestados	41,020,000.00	
Devedores por créditos abertos	33,018,314.41	
Credores por valores recebidos em depósito	33,323,321.11	
Credores por valores recebidos em deposito Credores por valores recebidos para cobrança		
Credores por valores recebidos em caução		265,999,708.
Garantias e avales prestados		41,020,000.
Créditos abertos		33,018,314.
Outras contas extrapatrimoniais	265,610,180.15	
1		
TOTAIS	1,954,509,119.65	1,954,509,119.6

O Administrador,

O Chefe da Contabilidade,

Hao Jianping

Lúcia Cheang

BANCO LUSO INTERNACIONAL, S.A.R.L.

Balancete do razão em 30 de Setembro de 1995

	SALI	00
DESIGNAÇÃO DAS RUBRICAS	DEVERDORES	CREDORES
Caixa		
. Patacas	13.314.859,80	
. Moedas externas	46.730.397,33	
Depósitos no Autoridade Monetária e Cambial de Macau	c. 000 000 7c	
. Patacas	64.038.022,76	
. Moedas externas	45.050.703.07	
Valores a cobrar	15.260.783,27	
Depósitos à ordem noutras instituições de crédito no Território	12.680.412,54	
Depósitos à ordem, no exterior	29.297.338,83	
Ouro e prata	151.550.5	
Outros valores	464.162,16	
Crédito concedido	2.522.057.200,94	
Aplicações em instituições de crédito no Território	55.630.640,00	
Depósitos com pré-aviso e a prazo no exterior	1.231.886.076,13	
Acções, obrigações e quotas	430.403.368,46	
Aplicações de recursos consignados		
Devedores	1.025.194,10	
Outras aplicações		
Depósitos à ordem		
. Patacas		331.353.204,53
. Moedas externas		605.838.324,18
Depósitos com pré-aviso		4.500.000,00
. Patacas		46.761.000.00
. Moedas externas		40.701.000,00
Depósitos a prazo		
. Patacas		820.187.212,99
. Moedas externas		2.155.236.116,10
Recursos de instituições de crédito no Território		121.953,09
Recursos de outras entidades locais		
Empréstimos em moedas externas		142.756.245,26
Empréstimos por obrigações		
Credores por recursos consignados		
Cheques e ordens a pagar		2.069.968,71
Credores		1.910.751,74
Exigibilidades diversas		4.958.850,46
Participações financeiras		
Imóveis	34.981.863,33	
	14.721.338,50	
Equipamento Custos plurienais		
Despesas de instalação		
Imobilizações em curso	1	
Outros valores imobilizados		
Contas internas e de regularização	36.829.643,32	82.441.685,20
Provisões para riscos diversos		45.436.390,46
Capital		151.500.000,00
Reserva legal		44.224.402,65
Reserva estatutária		
Outras reservas		16.693.930,00
Resultados transitados de exercícios anteriores		2.401,69
Custos por natureza	241.709.074,74	
Provitos por natureza		295.037.939,15
Valores recebidos em depósito		
Valores recebidos para cobrança	46.992.846,79	
Valores recebidos em caução		
Garantias e avales prestados	84.547.405,30	
Créditos abertos	118.349.857,63	
Credores por valores recebidos em depósito		
Credores por valores recebidos para cobrança		46.992.846,79
Credores por valores recebidos em caução		
Devedores por garantias e avales prestados		84.547.405,30
Devedores por créditos abertos		118.349.857,63
	5.574.472.634,43	5.574.472.634,43
Outras contas extrapatrimoniais		

O Administrador

Pel'O Chefe da Contabilidade,

Ip Kai Ming

Wong Iat Wa



SOCIEDADE FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MACAU, S. A. R. L.

Balancete do razão geral em 30 de Setembro de 1995

Código	Designação das Contas	Saldo Devedor	Saldo Credor
10	Caixa	1.000,00	
14	Do/Inst. Crédito no Território	313.651,59	
15	Do/Inst. Crédito no Estrangeiro	8.970,32	
20	Crédito Concedido	97.255.658,08	
21	Apl. Inst. Crédito no Território	2.310.551,94	
22	Apl. Inst. Crédito no Estrangeiro	1.030.000,00	
28	Devedores	60.596,55	
32	Rec. Inst. Crédito no Território		81.806.886,55
39	Exigibilidades Diversas		34.056,90
42	Equipamento	19.248,60	19.248,60
43	Custos Plurienais	208.281,20	208.281,20
49	Outros Valores Imobilizados	980,00	980,00
52	Despesas Antecipadas	560,10	
54	Imposto sobre Lucros a Pagar		81.890,00
55	Custos a Pagar		1.084.914,99
56	Proveitos a Receber	1.254.757,28	
58	Outras Contas de Regularização	1.392,08	9.316,42
59	Outras Contas Internas	13.602.978,72	13.602.978,72
60	Capital		15.000.000,00
61	Reservas		1.852.472,40
62	Provisão para Riscos Diversos		985.108,65
63	Result. Trans. Exerc. Anteriores		57.385,50
65	Lucros e Perdas		148.214,31
70	Custos de Operações Passivas	4.071.568,78	
72	Fornecimentos de Terceiros	2.597,00	
73	Serviços de Terceiros	181.329,10	
75	Impostos	33.986,40	
76	Custos Inorgânicos	4,00	
78	Dotações para Provisões	76.986,46	
80	Proveitos de Operações Activas		5.541.435,31
82	Proveitos de Outras Operações		1.928,65
	TOTAIS	120.435.098,20	120.435.098,20

Macau, 30 de Setembro de 1995

SOFIDEMA

SUCIFORDS FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MACAU, SA.R.L.

O Responsável pela Contabilidade Gabinete de Fiscalidade e Auditoria Gonçalo Parreira Neves

GABINETE DE FISCALIDADE E AUDITORIA MACAU TAXATION AND AUDITING 信追會計師事務所

(Custo desta publicação \$ 1 910,00)



Imprensa Oficial de Macau 澳門政府印刷署

PREÇO DESTE NÚMERO \$84,00 每份價銀八十四元正